

ACESSO A TERRA E CRÉDITO BANCÁRIO

Mulheres rurais reclamam exclusão

MOISÉS CUAMBE

De acordo com a directora de programas e representante do Fórum Mulher durante o encontro, Dzira de Deus, o encontro com mulheres rurais justifica-se tendo em conta que esta camada social constitui o grosso da população moçambicana, estimando-se que cerca de 86 por cento do grupo é constituído por analfabetas, além de que 80 por cento das mulheres vivem nas zonas rurais.

Para garantir maior inclusão deste grupo social no acesso às oportunidades de acesso à terra e aos benefícios decorrentes dos empréstimos bancários, o Fórum Mulher em parceria com a AMODEA e a FORMUDA optou por realizar um seminário para divulgar a Lei de Terras e partilhar experiências locais de cada distrito e províncias representadas no contexto das oportunidades.

A generalidade das mulheres queixou-se do facto de que quando se é solteira é muito difícil aceder à terra em Moçambique. As nossas interlocutoras queixam-se da usurpação de terra perpetrada por chefes de quarteirão alagadamente por falta de execução de planos de exploração. Noutros casos verificam-se fenómenos de recusa de atribuição do Direito de Uso e Aproveitamento da Terra (DUAT), fundado no argumento de que não é seguro atribuir este direito a uma mulher sem marido sob pena de se vir a gerar conflitos

O pronunciamento foi feito recentemente durante o encontro que juntou representantes de todas as províncias do país, num seminário realizado no Município da Vila da Manhica (MVM), com vista a promulgar a Lei de Terras junto daquele grupo alvo, considerado como constituindo o alicerce da economia nacional, através do contributo na prática da agricultura, não obstante ser em moldes familiares e não industrializados.



susceptíveis de provocar instabilidade social.

Outro elemento que preocupa as mulheres tem a ver com as sucessivas deslocações das populações dos seus lugares habituais de residência, sob pretexto de se tratar de reservas do Estado e necessidade de implantação de infra-estruturas que vão contribuir para o desenvolvimento. Estranhamente as populações são

deslocadas para lugares mais distantes e sem as mínimas condições de vida como escolas, unidades sanitárias e fontes de água para o consumo.

Outra questão aflorada durante o encontro tem a ver com a necessidade de se melhorar a indicação de elementos que compõem os conselhos consultivos, maioritariamente compostos por membros caracterizados por um baixo

nível de escolaridade, elemento visto como constituindo embaraço para a prossecução dos interesses das comunidades, tendo em consideração que este, além de ser um órgão de consulta e produzir recomendações para o Governo central é também gestor dos sete milhões e tem de estar em condições de discutir em igualdade com o Governo.

Este elemento é apon-

tado pelas mulheres rurais como sendo um outro nó de estrangulamento dos seus objectivos, porque mais uma vez quando estas são solteiras são submetidas à humilhação pelos conselhos consultivos que entendem que não têm idoneidade para receber empréstimos.

Estas consideram a posição de bastante estranha tendo em conta que as mulheres são as que mais

cumprem a obrigação de restituir os valores, não se justificando que a sua idoneidade seja posta em causa quando não estejam acompanhadas pelo marido.

Para que seja contornada esta situação apelam para um maior envolvimento e melhoria de políticas favoráveis aos interesses e benefícios da mulher, no caso particular a mulher rural.

Mas, para o representante substituto do Município da Vila da Manhica, Basílio Sitoe, são tantos os esforços do Governo quer a nível local quer a nível central para pôr cobro a estas situações que são de resto e, em parte, uma realidade no país.

Entretanto, explica que para todas as mulheres representadas em grupos, ou associações não existe qualquer dificuldade para atribuição do DUAT, sendo certo que para casos em que as mulheres dirigem singularmente os seus pedidos tem havido eventualmente dificuldade.

Mas, falando particularmente do caso da Manhica, Basílio considera que no seu município não se regista problemas de transferência das famílias sem regras e um exercício prévio de auscultação e explicação sobre todo o processo", acrescentando que na sua circunscrição territorial não é frequente assistir a problemas do género.

Standard Bank nomeado melhor banco africano

O Grupo Standard Bank acaba de ser reconhecido, pelos prémios anuais da prestigiada publicação EMEA Finance, como um dos bancos líderes africanos corporativos e de investimentos, ao arrecadar o prémio de "Melhor Banco de Investimentos em África em 2011", em oito países do continente.

Líder de negócios bancários em muitos mercados, o Standard Bank tem focalizado o seu negócio sobre a Banca Corporativa e de Investimen-

tos para garantir que os recursos humanos mais adequados e especializados, assim como os melhores produtos estejam ao dispor dos seus clientes.

O sistema de gestão do banco foi estruturado sobre uma plataforma corporativa de negócios bancários, tanto no sector público como no privado, para fortalecer a sua franquia da banca de investimentos, através da constituição de equipas com pericia global e doméstica forte.

O banco tem registado um crescimento significativo na demanda para as suas

actividades em todo o continente africano para a banca de investimentos, incluindo serviços de consultoria, finanças estruturadas, mercados de capital e dívida.

Em apoio aos seus clientes, o Grupo Standard Bank tem disponibilizado aproximadamente seis biliões de dólares norte-americanos para o financiamento de fusões e aquisições no último ano e

os níveis de empréstimos são tão elevados como os níveis pré-globais que antecederam a crise financeira de 2008.

O Standard Bank, presente em Moçambique há mais de 100 anos, tem vindo a desempenhar um papel fundamental no desenvolvimento da economia moçambicana e dos restantes países da África Austral, através do financiamento de importantes

projectos sócio-económicos e provendo serviços financeiros e soluções bancárias relevantes.

Para o Standard Bank, o seu sucesso e crescimento no longo prazo só pode ser alcançado se continuar a fazer diferença nas comunidades onde actua, através de produtos e projectos sociais relevantes.

(Redacção)